

ESTADO DA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2021 A ABRIL/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DESPESAS LIQUIDADAS													
	MAI/2021	JUN/2021	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.586.878.684,22</b>	<b>1.665.190.352,98</b>	<b>1.571.977.595,60</b>	<b>1.570.720.721,63</b>	<b>1.597.705.661,49</b>	<b>1.613.039.534,97</b>	<b>1.702.354.359,75</b>	<b>2.458.772.191,92</b>	<b>1.621.604.713,52</b>	<b>1.724.313.919,90</b>	<b>1.810.613.498,27</b>	<b>1.870.695.675,82</b>	<b>20.793.866.910,07</b>	<b>2.391.427,02</b>
Pessoal Ativo	940.639.249,75	1.021.873.128,55	930.389.728,06	940.009.409,50	923.761.717,71	958.989.807,07	1.015.175.919,21	1.503.853.362,97	941.869.325,17	974.217.582,62	1.031.974.854,47	1.043.382.902,52	12.226.156.987,60	1.625.166,98
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	821.538.920,42	909.070.749,56	814.315.254,88	818.247.857,48	808.891.299,14	874.575.590,13	879.840.028,49	1.268.273.068,48	825.054.225,43	853.849.306,02	904.345.992,02	914.726.175,73	10.492.728.467,78	1.625.166,98
Obrigações Patronais	119.100.329,33	112.802.378,99	116.074.473,18	121.761.552,02	114.890.418,57	284.414.216,94	135.335.890,72	235.580.294,49	116.815.099,74	120.368.276,60	127.628.862,45	128.656.726,79	1.733.428.519,82	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	629.960.075,03	631.937.552,66	631.824.940,72	623.859.278,99	659.182.140,09	645.761.881,86	676.184.942,57	934.153.114,64	678.886.110,58	684.439.032,91	720.602.213,17	728.039.356,48	8.244.830.639,70	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	553.460.764,55	553.884.691,55	552.745.882,66	560.255.917,52	562.931.040,69	565.848.613,88	591.981.357,46	821.969.694,25	595.533.711,52	597.001.834,46	635.216.506,18	642.682.430,41	7.233.512.445,13	-
Pensões	76.499.310,48	78.052.861,11	79.079.058,06	63.603.361,47	96.251.099,40	79.913.267,98	84.203.585,11	112.183.420,39	83.352.399,06	87.437.198,45	85.385.706,99	85.356.926,07	1.011.318.194,57	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF) 4	16.279.359,44	11.379.671,77	9.762.926,82	6.852.033,14	14.741.803,69	8.287.846,04	10.993.497,97	20.765.714,31	849.277,77	65.657.304,37	58.036.430,63	99.273.416,82	322.879.282,77	766.260,04
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>281.066.381,79</b>	<b>474.779.668,83</b>	<b>319.080.243,86</b>	<b>320.773.174,45</b>	<b>304.931.398,17</b>	<b>262.534.886,79</b>	<b>291.092.313,18</b>	<b>528.901.801,00</b>	<b>245.698.895,32</b>	<b>304.276.313,57</b>	<b>312.837.520,67</b>	<b>322.645.473,77</b>	<b>3.968.618.071,40</b>	<b>-</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	554.994,75	94.806,55	175.346,43	207.989,88	471.762,57	72.982,54	340.552,56	299.779,55	28.954,59	217.200,78	1.075.071,21	1.358.471,86	4.897.913,27	-
Decorrentes de Decisão Judicial	30.574.345,03	29.871.710,53	34.964.662,77	48.412.778,75	39.919.719,84	19.690.106,69	21.964.122,84	24.463.354,84	5.809.286,46	56.066.889,56	47.464.457,82	50.834.896,90	370.656.117,65	-
Despesas de Exercícios Anteriores	6.323.374,72	114.750.419,27	6.287.040,94	5.866.241,15	5.022.765,33	5.830.089,54	4.702.330,93	5.039.087,92	-	-	-	-	153.821.340,80	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	243.613.667,29	330.062.732,48	277.653.193,72	266.286.164,67	259.517.151,43	276.321.930,40	264.085.306,85	499.099.578,69	239.860.654,27	247.992.223,23	264.297.991,64	270.452.105,01	3.439.242.699,68	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - TDP (III) = (I - II)</b>	<b>1.305.812.302,43</b>	<b>1.190.410.684,15</b>	<b>1.252.897.351,74</b>	<b>1.249.947.547,18</b>	<b>1.292.774.263,32</b>	<b>1.350.504.648,18</b>	<b>1.411.262.046,57</b>	<b>1.929.870.390,92</b>	<b>1.375.905.818,20</b>	<b>1.420.037.606,33</b>	<b>1.497.775.977,60</b>	<b>1.548.050.202,05</b>	<b>16.825.248.838,67</b>	<b>2.391.427,02</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR													% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														48.513.776.516,14	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)														41.843.068,80	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)														71.420.407,00	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)</b>														48.400.513.040,34	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>														<b>16.827.640.265,69</b>	<b>34,77</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)														23.522.649.337,61	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)														22.346.516.870,73	46,17
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)														21.170.384.403,84	43,74

FONTE: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF - 11/05/2022 14:11:34

Nota:

- Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No primeiro quadrimestre de 2022, houve o cancelamento de R\$ 247.733,59 em RPNP do grupo 1 (elemento 96) e R\$ 11.246,69 no grupo 3 (elemento 34)
- Este Demonstrativo é parte integrante do RGF do poder executivo e da defensoria pública
- Considerando apenas o Poder Executivo, o total da Despesa de Pessoal foi de R\$ 16.424.017.836,07, representando 33,93% da RCL Ajustada.
- Foi incluído o valor de R\$ 201.085.801,58 na linha de "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)" nos meses de janeiro a abril, para atender o item 04.01.02.01 (3) da 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), gerando uma repercussão de 0,42% na apuração do limite do 1º quadrimestre de 2022, em face do fim da vigência do prazo previsto na Portaria ME nº 377/2020. Os ajustes contábeis em conta de controle, como determina a OT 74/2022 da DICOP, serão realizados nos meses subsequentes.